

Sindicato quer definição de gastos

Da Reportagem Local

Além de defender que o governo deveria investir mais dinheiro em salários do que o que está sendo proposto no novo programa, os sindicatos dos professores destacam que o governo ainda precisa definir o que é gasto com educação.

“Muitos municípios não gastam sequer 25% de sua arrecadação com educação e outros gastam esse dinheiro com alimentação dos alunos, por exemplo”, afirma Claudio Gomes Fonseca, do Sinpeem (o sindicato dos professores municipais de São Paulo).

Para ele, o governo precisaria estabelecer se merenda e assistência médica, por exemplo, são gastos com ensino.

Atualmente, em São Paulo, quem define o que é ou não despesa com educação é o Tribunal de Contas do Estado. Mas o governo deverá apresentar em breve um projeto de lei regulamentando a matéria.

Além desse problema de controle dos gastos municipais,

a Apeoesp (sindicato dos professores do Estado) questiona o processo de municipalização em São Paulo, porque considera que levaria a um “esfacelamento da categoria”.

Para Roberto Felício, presidente da Apeoesp, a divisão dos locais das escolas em 1^a a 4^a série e 5^a a 8^a mais 2^o grau “gera problemas que vão da remoção obrigatória de professores ao desconforto dos alunos”.

Para os professores estaduais, um piso mensal de R\$ 300 por 20 horas de aula semanais representaria hoje aumento de 50%. Para os municipais (cujo piso é R\$ 282), o aumento seria de apenas R\$ 18.

Segundo Felício, “a idéia desse fundo é correta e a proposta é bem-vinda; só que ainda é insuficiente”. Fonseca diz ainda que o governo federal, ao estabelecer como Estados e municípios devem gastar seus recursos para a educação, está interferindo em sua autonomia.

(FR)